

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



PRF

11º Simulado Especial

POLICIAL RODOVIÁRIA FEDERAL

PRÉ-EDITAL

Simulado

11º Simulado Especial Polícia Rodoviária Federal

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Policial Rodoviário Federal da PRF**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/YbB5TgMKRydpcAJQA>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

Espanhol: <https://coruja.page.link/Mcfx> | Inglês: <https://coruja.page.link/oJud>

BLOCO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Suellen Borges*

Com o surgimento da população como categoria política no século XVIII, o poder soberano, antes focado em medidas repressivas e jurídicas, cedeu lugar a uma governança mais voltada para a gestão da população. Foucault destaca que, nesse novo contexto, o foco passou a ser a população, e as políticas governamentais passaram a se basear em mecanismos de segurança e controle. A escassez alimentar, antes tratada por medidas disciplinares rígidas como restrições e proibições, passou a ser analisada dentro de uma nova abordagem econômica, com o surgimento da economia política, que visava entender todo o processo produtivo dos cereais, desde a produção até o consumo.

No século XVIII, uma mudança na teoria econômica, inspirada pela fisiocracia, introduziu o princípio da liberdade de comércio, substituindo as intervenções rígidas do soberano. A economia política passou a analisar a cadeia de produção de cereais e outros bens, levando em consideração as condições de mercado e os comportamentos dos agentes econômicos, como produtores e consumidores. Ao mesmo tempo, a disciplina, que visava controlar comportamentos individuais, foi substituída por mecanismos de segurança, que focavam na prevenção e controle de situações como epidemias e escassez alimentar, sem recorrer mais a medidas legais ou disciplinares.

Foucault também observa que, enquanto a disciplina buscava impor um modelo de normalidade sobre a população, a segurança, por meio da polícia, passou a focar na prevenção de desordens e na gestão das populações. A polícia, inicialmente associada à regulamentação da vida, transformou-se em um instrumento de controle e repressão, mais voltado para a manutenção da ordem interna do Estado. No século XVIII, deixou de ser uma extensão da justiça para se tornar um mecanismo independente de governança, visando a manutenção da ordem e o crescimento das forças do Estado, com um foco crescente na prevenção de distúrbios e na gestão da população.

Com o advento do liberalismo e da economia política, a função da polícia foi modificada para se alinhar às novas

racionalidades de governança. Ela passou a ser vista não mais como uma força de regulação, mas como um meio de controlar e evitar as desordens dentro de um Estado liberal, em que o mercado e a liberdade econômica eram considerados essenciais. O modelo de polícia foi, assim, alterado para atender aos interesses do Estado e proteger a ordem social e a propriedade privada. Esse novo papel foi fortemente influenciado pelo positivismo e pela ideia de que a prosperidade social surgiria do livre mercado, com a intervenção policial sendo, então, focada na prevenção de distúrbios, principalmente em relação ao proletariado.

Fonte: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/DfDsfNp9XDZbd63Ptb8rdZv/>
(Adaptado)

A respeito das ideias veiculadas no texto apresentado e de seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

1. O texto destaca que, no século XVIII, o foco do poder soberano mudou da repressão jurídica para a gestão da população, com ênfase em mecanismos de segurança e controle.
2. O surgimento da economia política, conforme o texto, buscava reduzir a produção dos cereais e impedir sua circulação no mercado.
3. De acordo com o texto, pode-se inferir que a partir da ascensão do liberalismo no século XVIII, a função da polícia se tornou mais voltada ao controle social e à repressão das desordens, especialmente em relação à classe proletária.
4. De acordo com o texto, Foucault observa que, no século XVIII, a polícia passou a ter um papel secundário no controle social, sendo apenas uma extensão das ações da justiça.
5. O conceito de "segurança", no texto, é associado a práticas de controle social que visam à manutenção da ordem interna do Estado, sem recorrer a medidas jurídicas ou disciplinares.

6. O texto demonstra que o princípio da liberdade de comércio, introduzido no século XVIII, foi uma reação às políticas econômicas intervencionistas do período anterior.
7. A principal preocupação da polícia, de acordo com o texto, sempre foi o controle direto dos indivíduos, sem considerar o contexto econômico ou social.
8. Na sentença "A polícia, inicialmente associada à regulamentação da vida, transformou-se em um instrumento de controle e repressão", o uso da vírgula antes de "transformou-se" está adequado.
9. A expressão "novas racionalidades de governança" está no plural por concordância com o substantivo "racionalidades".
10. A sentença "A polícia passou a ser vista não mais como uma força de regulação, mas como um meio de controlar e evitar as desordens dentro de um Estado liberal" pode ser reescrita da seguinte forma, sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto: "A polícia passou a exercer um papel menos regulador e mais voltado à manutenção da ordem em um Estado baseado na liberdade econômica."
11. Na frase "Foucault destaca que, nesse novo contexto, o foco passou a ser a população", a conjunção "que" está empregada com função de introduzir uma oração subordinada substantiva.
12. É inadequado o uso da vírgula que isola o termo "a segurança" no trecho "(...) enquanto a disciplina buscava impor um modelo de normalidade sobre a população, a segurança, por meio da polícia, passou a focar na prevenção de desordens".
13. A sentença "o poder soberano, antes focado em medidas repressivas e jurídicas, cedeu lugar a uma governança mais voltada para a gestão da população" pode ser reescrita, sem alteração de sentido e mantendo a correção gramatical, da seguinte forma:
"A governança voltada para a gestão da população substituiu o poder soberano, que até então se baseava em medidas repressivas e jurídicas."
14. No trecho "Com o advento do liberalismo e da economia política, a função da polícia foi modificada...", o uso da vírgula após "política" justifica-se por isolar oração adverbial deslocada.
15. No trecho "a economia política passou a analisar a cadeia de produção de cereais e outros bens", a palavra "bens" pode ser corretamente substituída, sem prejuízo de sentido, por "recursos".
16. Ainda de acordo com o texto, defende-se que a polícia manteve, ao longo do tempo, uma atuação estática e vinculada unicamente à justiça, sem sofrer alterações em sua função.
17. Segundo o texto, a disciplina foi intensificada no século XVIII, sendo o principal mecanismo utilizado pelo Estado para lidar com epidemias e a escassez alimentar.
18. No contexto dado, o termo "regulação" é usado como sinônimo perfeito de "liberdade", visto que ambos expressam o papel moderno da polícia no Estado liberal.

RACIOCÍNIO LÓGICO*Carlos Henrique*

Corujinha recebeu de seu chefe imediato a tarefa de gerar um conjunto de senhas de acesso que atendam às seguintes especificações:

- cada senha deve ser composta por 6 dígitos;
- cada um dos três primeiros dígitos da senha deve ser um número de 0 a 9, admitindo-se repetição;
- o quarto dígito da senha deve ser um dos quatro caracteres especiais listados a seguir: \$, @, # ou &;
- o quinto e o sexto dígitos da senha deverão ser letras minúsculas do alfabeto latino (considerado com 26 letras), não sendo admitida repetição.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens **19** a **22**.

- 19.** O preenchimento dos três primeiros dígitos das senhas a serem geradas pode ser feito de 1.000 maneiras distintas.
- 20.** O preenchimento dos dois últimos dígitos das senhas a serem geradas pode ser feito de 26^2 maneiras distintas.
- 21.** É possível compor mais de 3 milhões de senhas distintas que atendam às especificações apresentadas.
- 22.** A quantidade de maneiras distintas de completar o quarto e o sexto dígitos da senha 123_K_, em que _ representa o dígito a ser completado, é um número que é múltiplo de 4, mas não é múltiplo de 8.

Corujinha foi visitar uma cidade no interior do Rio de Janeiro por dois dias. No primeiro dia, ela foi a uma pizzaria, sentou-se em uma mesa na varanda e tomou refrigerante de limão. No segundo dia, a probabilidade de ela tomar refrigerante de limão é de 60%, a probabilidade de ela retornar à pizzaria é de 20% e, indo lá, a chance de ela sentar-se à mesma mesa é de $1/50$.

Em relação à situação hipotética apresentada, julgue os itens **23** e **24**.

- 23.** A probabilidade de Corujinha retornar à pizzaria no segundo dia e sentar-se na mesma mesa é superior a 1%.
- 24.** A probabilidade de Corujinha retornar à pizzaria ou tomar refrigerante de limão é inferior a 70%.

Espaço Livre

INFORMÁTICA

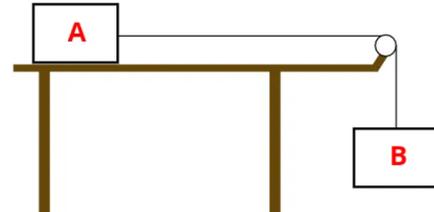
Emannuelle Gouveia

25. O Copilot é uma ferramenta de produtividade com tecnologia de IA que ajuda na criação de conteúdo de qualidade com rapidez e facilidade no Windows.
26. No Windows 11, o recurso de acessibilidade controle de voz permite controlar as funcionalidades do sistema operacional com o uso da voz, sem necessidade de utilizar outros periféricos, mas para que funcione de forma integrada é necessário a instalação de softwares de acessibilidade externos específicos.
27. O DNS (Domain Name System) é protocolo padrão da internet responsável por converter nomes de domínio nos endereços de protocolo de internet (IP) que os computadores utilizam para identificar uns aos outros na rede.
28. A IA forte visa criar máquinas inteligentes que são indistinguíveis da mente humana.
29. Em Big Data, o manuseio de grandes quantidades de dados exige cuidados com a privacidade e segurança das informações. É importante estabelecer políticas e procedimentos para proteger os dados, mas sem a preocupação de garantir conformidade com regulamentações, visto que cada empresa deve determinar as suas próprias regras.
30. VPN significa “Virtual Private Network” (Rede Privada Virtual) e descreve a oportunidade de estabelecer uma conexão de rede protegida ao usar redes privadas.
31. Na computação em nuvem é possível escalar rapidamente recursos e armazenamento horizontalmente para atender às demandas de negócios sem precisar investir em infraestrutura física.

FÍSICA

Vinícius Silva

TEXTO PARA AS QUESTÕES 33 a 35



O esquema de blocos acima pode representar uma situação muito comum em uma operação de salvamento de vítimas em acidentes com veículos em rodovias federais. Imagine que A representa um veículo de 1,2 toneladas que pode se mover para a esquerda com velocidade constante para resgatar o veículo B, onde se encontram as vítimas e será alçado para cima.

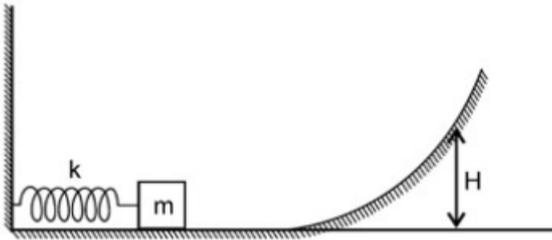
Considere que a massa de B vale 1,0 tonelada e que a gravidade local vale 10m/s^2 .

Julgue os itens abaixo.

33. Sobre A atua uma força resultante para a esquerda durante o seu movimento.
34. Os atritos são desprezíveis na superfície de apoio em A.
35. Supondo que uma chuva forte começou a cair e de repente o atrito ficou desprezível, ou seja, nulo. A aceleração de B em seu movimento será maior que $5,0\text{ m/s}^2$.

Espaço Livre

TEXTO PARA AS QUESTÕES 36 E 37.



O esquema acima pode ser utilizado para calcular o coeficiente de atrito entre duas superfícies. No caso da figura, considere que um bloco de 1,0kg seja comprimido de 10cm em uma mola de constante elástica de $5,0 \times 10^3 \text{N/m}$. Considere então que o bloco é solto e chega a uma altura de 1,5m, considerando $g = 10 \text{m/s}^2$, suponha que apenas no trecho horizontal há atrito, e que o comprimento desse trecho seja de 2m.

Julgue os itens abaixo.

- 36.** o coeficiente de atrito entre as superfícies é igual a 0,50.
- 37.** Caso o atrito fosse desprezível, a altura alcançada pelo bloco seria maior.

ÉTICA E CIDADANIA

Tiago Zanolla

- 37.** O princípio da moralidade administrativa, previsto na Constituição Federal, restringe-se à observância de padrões éticos subjetivos do agente público, não podendo ser objeto de controle jurídico.
- 38.** A integridade pública compreende a capacidade de distinguir interesses pessoais de interesses públicos, mesmo que, em determinadas circunstâncias, isso implique abrir mão de prerrogativas legalmente garantidas.

39. Mesmo nos casos em que a verdade possa ser prejudicial à imagem da Administração Pública, o servidor não pode omiti-la nem falseá-la, pois a ética exige o respeito à verdade como um direito do cidadão.

40. As Comissões de Ética podem deixar de decidir questões de sua competência quando houver omissão nos códigos aplicáveis, desde que remetam o caso à área jurídica do órgão.

41. Valor público, segundo o Decreto nº 9.203/2017, corresponde aos recursos orçamentários empregados pela Administração Pública para sustentar políticas públicas prioritárias.

42. De acordo com o Código de Conduta da Alta Administração Federal, a autoridade pública está proibida de realizar investimentos em bens cujo valor possa ser afetado por decisão ou política governamental sobre a qual possua informações privilegiadas em razão do cargo.

GEOPOLÍTICA

Leandro Signori

“Como se define, hoje, a urbanização brasileira? Alcançamos, neste século, a urbanização da sociedade e a urbanização do território, depois de longo período de urbanização social e territorialmente seletiva. Depois de ser litorânea (antes e mesmo depois da mecanização do território), a urbanização brasileira se tornou praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX, evolução quase contemporânea da fase atual de macrourbanização e metropolização. O turbilhão demográfico e a terceirização são fatos notáveis. A urbanização se avoluma e a residência dos trabalhadores agrícolas é cada vez mais urbana.”

Fonte: SANTOS, Milton, (1993) A URBANIZAÇÃO. BRASILEIRA. São Paulo, Ed. Hucitec.

Utilizando o texto como referência inicial, julgue os itens a seguir a respeito da urbanização e de temas diversos sobre a geopolítica brasileira:

43. A extensão e unificação da malha urbana no processo denominado de conurbação impede a definição dos limites entre os municípios vizinhos e a metrópole, cabendo assim a institucionalização de uma região metropolitana, para melhor organizar estes grandes espaços urbanizados.

44. As atividades econômicas e o padrão de consumo nas grandes metrópoles, somados a ineficiência na qualidade dos serviços de deposição de rejeitos impactam na qualidade do meio ambiente, gerando uma relação socioambiental de uso irresponsável da natureza e insustentável a longo prazo.

45. A população brasileira passa por um processo de envelhecimento, em razão do aumento da esperança de vida e da diminuição da taxa de fecundidade, sendo este processo observado de forma mais contundente nas regiões Sul e Sudeste.

“A gênese do Estado brasileiro encontra-se na colonização portuguesa da América. Entretanto, o território brasileiro não é apenas uma continuidade da América Portuguesa: a delimitação das fronteiras atuais, concluída apenas no início do século XX, envolveu conflitos armados, negociações econômicas e acordos diplomáticos.”

Fonte: TERRA, Lygia. *Conexões: estudos de geografia geral e do Brasil* / Lygia Terra, Regina Araújo, Raul Borges Guimarães – 2. Ed – São Paulo: Moderna, 2013.

Julgue os itens subsequentes a respeito da formação territorial e da fronteira brasileira.

46. Nos primeiros séculos, a colonização portuguesa no Brasil manteve um caráter predominantemente litorâneo, com a economia voltada para o abastecimento do mercado externo e com dificuldades de povoamento das áreas interioranas.

47. O planejamento geopolítico contemporâneo do território brasileiro considera as fronteiras fundamentalmente como áreas de segurança nacional a serem protegidas contra inimigos externos, com grande presença de efetivos militares.

ESPAÑHOL

Adinoel Sebastião

Camino de la Muerte, la carretera más peligrosa del mundo que te obliga a conducir al revés

Conducir es uno de los grandes placeres a los que todos estamos acostumbrados. La posibilidad de viajar por cualquier lado del mundo y visitar carreteras con vistas únicas provoca que muchos aficionados al turismo se desplacen hasta lugares recónditos del planeta. Pero existe un lugar muy concreto que tiene el honor de tener la denominada como carretera más peligrosa del mundo, una vía no demasiado larga donde solo los más valientes pueden acceder.

Su nombre ya habla por sí solo: el Camino de la Muerte. Se encuentra en Bolivia, posiblemente en una de las zonas más inaccesibles del mundo, pues se encarga de unir La Paz con una localidad denominada Los Yungas, que se encuentra situada en plenas montañas. Las dificultades para llegar allí por la propia orografía de la zona son evidentes, pero, por si fuera poco, la complicada carretera por la que se circula la hace aún mucho más peligrosa.

El Camino de la Muerte está pensando como una zona destinada, principalmente, al transporte de mercancías. Se trata de una carretera cuya función principal es que Los Yungas no se convierta en un lugar aislado del mundo. Pero la única vía que existe para que la población no quede incomunicada es un camino de 80 kilómetros, plagado de evidentes peligros y que hace que cualquier conductor que se desplace por ella tenga que ser un experto al volante.

En sus puntos más anchos, el asfalto alcanza los tres metros de anchura, un espacio realmente pequeño para que circulen dos coches al mismo tiempo en esta carretera de doble sentido. Pero, además, su peligrosidad

aumenta al tratarse de una vía utilizada especialmente por camiones de transporte, que encuentran en esta calzada la única manera de llevar productos agrícolas o cítricos que son autóctonos de esta zona montañosa.

Pero el temor a circular por esta vía va más allá: en algunas zonas, la carretera se encuentra a un desnivel de 3.600 metros y, además, lo hace sin la presencia de guardarraíles. El principal problema es que la carretera fue construida en la década de los 30 del pasado siglo, fecha en la que no se tuvo en cuenta la seguridad de los vehículos. Cuando se pensó en instalarlos, se llegó a la conclusión de que era imposible: si se hacía, no habría espacio para que circularan en ambos sentidos.

De hecho, la peligrosidad de esta carretera ha dado lugar a un cambio de legislación histórico. Solo existen algunos lugares del planeta en los que está permitido circular por la izquierda de la calzada, entre los que se encuentran 64 kilómetros de esta carretera. Bolivia permite que se haga para alejarse en la medida de lo posible del peligro, en partes en las que el precipicio queda al lado derecho de los vehículos. Y, por si fuera poco, se trata de un trazado plagado de curvas.

Históricamente, el Camino de la Muerte también ha tenido otro sobrenombre: la venganza de los prisioneros paraguayos. Y es que esta vía fue construida por los combatientes que Bolivia apresó durante la Guerra del Chaco. Estos soldados fueron esclavizados para construir una vía en uno de los lugares más inaccesibles del mundo, donde las nieblas, las lluvias y los desprendimientos de piedra son habituales, dotando a la vía de un aura de peligrosidad única.

A día de hoy, la carretera más peligrosa del mundo continúa usándose de manera habitual, aunque es una zona aprovechada también por muchos ciclistas para hacer una ruta única. Aislada, con un trazado muy complicado y zonas estrechas donde los conductores tienen que ser muy hábiles para evitar accidentes, el Camino de la Muerte sigue siendo un lugar mágico del mundo. Una carretera solo apta para los corazones más valientes que se atrevan a conducir en semejantes condiciones.

48. De acuerdo con el texto, la función principal del Camino de la Muerte es ser utilizado por ciclistas que buscan hacer una ruta única y desafiante.

49. Podemos deducir del texto que la carretera Camino de la Muerte es peligrosa debido a la falta de guardarraíles, el desnivel de 3,600 metros, y el hecho de que fue construida en la década de los 30 sin considerar la seguridad de los vehículos.

50. En el primer párrafo del texto, el término "vía" ejemplifica el uso de esta preposición.

51. En el segundo párrafo del texto, el término "sí" es un pronombre.

52. En el quinto párrafo del texto, hay palabras del español que contiene una letra muda.

53. En la lengua española, es incorrecto afirmar que "por qué" escrito separado y de forma acentuada es interrogativo o exclamativo.

54. Deducimos del texto que los políticos bolivianos no han hecho nada para aumentar la seguridad en el Camino de la Muerte.

55. Además del transporte de mercancías, el Camino de la Muerte es utilizado para hacer deportes en bicicleta.

INGLÉS

Adolfo Sá

**Why does Brazil have so many unpaved highways?
The reality behind roads that look more like rally tracks**

If you've ever driven on an unpaved highway in Brazil, you know it's like taking part in a radical adventure, full of excitement and surprises (read: potholes, dust and mud).

If you've ever driven on an unpaved highway in Brazil, you'll know that the scene looks like a practical joke. Between potholes, dust and mud, the country boasts a

gigantic road network, but with one annoying detail: only 12% of the roads are paved! **But how is it possible that a country with continental dimensions has such precarious infrastructure?**

Why are so many highways in Brazil unpaved?

BR-230, which crosses the Northeast and North of Brazil, is just one of the many highways that suffer from a lack of asphalt. This unpaved highway [is a classic example of what thousands of miles](#) of Brazilian roads face. The problem, however, goes beyond a simple lack of paving. Although, under the Bolsonaro government, a stretch was paved. However, the highway is more than 4 thousand kilometers long.

The Ministry of Transport recently announced an investment of R\$1,7 billion to rehabilitate and build 860 km of roads by April 2023. Minas Gerais, for example, has already begun rehabilitation works in the Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba regions. However, despite these efforts, the Brazilian road network still poses a monumental challenge.

The Brazilian road network and its challenges

Brazil has the fourth largest road network in the world, with more than 1,7 million kilometers of roads. However, the [the vast majority of these highways remain unpaved](#), with only 12% of them paved. And, of those that are paved, around 66% are considered to be of fair, poor or very poor quality.

This reality means that many roads that should be effective transport routes end up causing more problems than solutions. **Cargo transportation, which represents 62% of national logistics, depends mainly on highways.** Poor road quality results in vehicle damage, increased maintenance costs and significant delays in the transport of goods and passengers.

<https://en.clickpetroleoegas.com.br/Why-does-Brazil-have-so-many-unpaved-highways%3F-The-reality-behind-the-roads-that-look-more-like-rally-trails/>

Based on the text, judge the following items.

48. Brazil has the largest road network in the world, surpassing countries like the United States and China.
49. Only 12% of Brazilian highways are paved, which compromises the efficiency of cargo and passenger transportation.

50. The BR-230 highway, which crosses the Northeast and North of Brazil, was fully paved during Bolsonaro's government.

51. Cargo transportation in Brazil relies mainly on highways, accounting for about 62% of the national logistics.

52. In the first paragraph of the text, the author recommends some reading to avoid problems.

53. The sentence "However, despite these efforts, the Brazilian road network still poses a monumental challenge. " can be correctly translated as "No entanto, apesar desses esforços, a malha rodoviária brasileira ainda possui um desafio monumental."

54. In the sentence "However, despite these efforts, the Brazilian road network still poses a monumental challenge.", DESPITE could be replaced by IN SPITE OF, without changing its meaning.

55. To introduce the main topic of the text, the author begins with a joke.

BLOCO II

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

Alexandre Herculano

Julgue os itens abaixo com base na Legislação de Trânsito e nas principais jurisprudências.

56. No crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor, a pena será aumentada de metade até o dobro caso o condutor não possua Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação.

- 57.** No caso de homicídio culposo na direção de veículo automotor sob influência de álcool ou substância psicoativa, a pena prevista é de reclusão, de cinco a oito anos, não cabendo substituição por pena restritiva de direitos.
- 58.** O condutor que não prestar socorro à vítima de um acidente de trânsito não estará isento da responsabilidade criminal prevista no art. 304 do CTB, mesmo que outro indivíduo tenha realizado o socorro ou que a vítima tenha sofrido morte instantânea.
- 59.** Segundo a jurisprudência do STJ, para a configuração do crime de embriaguez ao volante (art. 306 do CTb), após as alterações trazidas pela Lei n. 12.760/2012, continua sendo imprescindível a realização do teste do etilômetro ou exame de sangue para comprovação da concentração alcoólica.
- 60.** No crime de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, quando o condutor estiver sob influência de álcool ou outra substância psicoativa, a pena será de reclusão de dois a cinco anos, sem prejuízo da suspensão ou proibição de se obter habilitação, apenas se a lesão for grave ou gravíssima.
- 61.** Segundo a jurisprudência do STJ, os crimes de embriaguez ao volante (art. 306 do CTb) e de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (art. 303 do CTb) podem ser considerados crime único quando ocorrem na mesma situação fática, aplicando-se o princípio da consunção.
- 62.** De acordo com o CTB, participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida não autorizada gerando risco à incolumidade pública, resultando em morte, sem que o agente tenha assumido o risco, é punido com reclusão de 5 a 10 anos, além da suspensão ou proibição de obter habilitação.
- 63.** O crime de afastamento do local do acidente para fugir à responsabilidade penal ou civil, previsto no art. 305 do CTB, é punido com detenção de seis meses a um ano, ou multa, mesmo que o agente tenha prestado socorro à vítima antes de afastar-se.
- 64.** Segundo a jurisprudência do STJ, quando não reconhecida a autonomia de desígnios, o crime de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (art. 303 do CTb) absorve o delito de direção sem habilitação (art. 309 do CTb), funcionando este como causa de aumento de pena.
- 65.** No contexto dos crimes de trânsito, o condutor, quando sofrer a penalidade de suspensão do direito de dirigir veículo automotor, poderá impetrar habeas corpus para garantir seu direito de locomoção, conforme entendimento do STJ.
- 66.** A inovação artificial em caso de acidente automobilístico com vítima, tipificada no art. 312 do CTB, somente é punível se realizada durante o inquérito policial ou processo penal já instaurado.
- 67.** De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, quando o juiz aplicar a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos nos crimes previstos nos arts. 302 a 312, a prestação de serviços à comunidade deve ser realizada exclusivamente em unidades de pronto-socorro que atendem vítimas de acidentes de trânsito.
- 68.** Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.
Caso o infrator opte pelo sistema de notificação eletrônica, conforme regulamentação do Contran, e opte por não apresentar defesa prévia nem recurso, reconhecendo o cometimento da infração, poderá efetuar o pagamento da multa por 60% do seu valor, em qualquer fase do processo, até o vencimento da multa.

69. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

O recurso contra a penalidade será interposto perante a autoridade que impôs a penalidade, a qual remetê-lo-á à JARI, que deverá julgá-lo em até trinta dias. O recurso terá efeito suspensivo.

70. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

Tratando-se de penalidade imposta por órgão ou entidade da União, por colegiado especial integrado pelo Coordenador-Geral da Jari, pelo Presidente da Junta que apreciou o recurso e por mais um Presidente de Junta.

71. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

A realização de teste de dosagem de alcoolemia ou perícia de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica é uma penalidade que poderá ser aplicada.

72. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

Quando não for possível sanar a falha no local da infração, o veículo, desde que ofereça condições de segurança para circulação, deverá ser liberado e entregue a condutor regularmente habilitado, mediante recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual, contra apresentação de recibo, assinalando-se ao condutor prazo razoável, não superior a 30 dias, para regularizar a situação, e será considerado notificado para essa finalidade na mesma ocasião.

73. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

O pagamento das despesas de remoção e estada será correspondente ao período integral, contado em dias, em que efetivamente o veículo permanecer em depósito, limitado ao prazo de 6 meses.

74. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

O condutor de veículo automotor envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito poderá ser submetido a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que, por meios técnicos ou científicos, que permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência.

75. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, entre outras, a pintura de faixa horizontal na cor amarela, com vinte centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas.

76. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer, entre outros, os seguintes requisitos: ser habilitado na categoria D; e não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos 12 últimos meses.

77. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

As motocicletas e motonetas destinadas ao transporte remunerado de mercadorias – moto-frete – somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, entre outros requisitos, a inspeção anual para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança.

78. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

É proibido o transporte de combustíveis, produtos inflamáveis ou tóxicos e de galões nos veículos de que trata este artigo, com exceção do gás de cozinha e de galões contendo água mineral, desde que com o auxílio de side-car.

79. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

A habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico será apurada por meio de exames que deverão ser realizados junto ao órgão ou entidade executivos do Estado ou do Distrito Federal, do domicílio ou residência do candidato, ou na sede estadual ou distrital do próprio órgão, devendo o condutor preencher os seguintes requisitos: ser penalmente imputável; saber ler e escrever; e possuir Carteira de Identidade ou equivalente.

80. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

O condutor habilitado na categoria C poderá conduzir veículo motorizado utilizado em transporte de carga, cujo peso bruto total seta até a três mil e quinhentos quilogramas.

81. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

Para habilitar-se na categoria C, o condutor deverá estar habilitado no mínimo há um ano na categoria B e não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias, durante os últimos doze meses.

82. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e as atualizações posteriores.

As informações referentes às campanhas de chamamento de consumidores para substituição ou reparo de veículos não atendidas no prazo de seis meses, contado da data de sua comunicação, deverão constar do Certificado de Licenciamento Anual.

83. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e as atualizações posteriores.

No caso de transferência de propriedade, expirado o prazo de 30 dias, sem que o novo proprietário tenha tomado as providências necessárias à efetivação da expedição do novo Certificado de Registro de Veículo, o antigo proprietário deverá encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, no prazo de 60 dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente.

84. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e as atualizações posteriores.

Os veículos de aluguel, destinados ao transporte individual ou coletivo de passageiros de linhas regulares ou empregados em qualquer serviço remunerado, para registro, licenciamento e respectivo emplacamento de característica comercial, deverão estar devidamente autorizados pelo poder público concedente.

85. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

Ao veículo ou à combinação de veículos utilizados no transporte de carga que não se enquadre nos limites de peso e dimensões estabelecidos pelo Contran, poderá ser concedida, pela autoridade com circunscrição sobre a via, autorização especial de trânsito, com prazo certo, válida para cada viagem ou por período, atendidas as medidas de segurança consideradas necessárias.

BLOCO III**DIREITO CONSTITUCIONAL***Emerson Bruno*

86. A respeito dos direitos e das garantias fundamentais e da administração pública, julgue os itens a seguir.

O direito de liberdade de informação não é absoluto e deve ser compatibilizado com o direito ao esquecimento, o qual é entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.

87. Com relação aos princípios fundamentais e aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), bem como à aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

A renúncia da nacionalidade brasileira por indivíduo que expressamente a requerer perante autoridade competente impede a reaquisição da nacionalidade brasileira originária.

88. Acerca de segurança pública, julgue os itens seguintes.

A remuneração dos servidores que integram a segurança pública deve ser fixada exclusivamente por subsídio estabelecido em parcela única.

89. À luz do disposto na CF e do entendimento do STF, julgue os próximos itens, relacionados aos princípios da administração pública.

Órgãos e entidades da administração pública devem realizar avaliação das políticas públicas, o que pode ser considerado expressão do princípio da eficiência.

90. Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens seguintes.

Para a caracterização da responsabilidade objetiva do Estado, não é necessário que o indivíduo causador do dano tenha agido na qualidade de agente público.

91. Com base nas disposições constitucionais acerca da organização político-administrativa do Estado, da administração pública, e dos Poderes Executivo e Legislativo, julgue os itens a seguir.

No sistema constitucional de repartição de competências, são reservadas à União as competências que não lhe sejam vedadas pela CF e que não tenham sido atribuídas a estados e municípios.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

92. Em relação à organização da Administração Pública, nos termos do DL 200/67, julgue o item a seguir.

No que se refere à Administração Indireta e às suas diferentes entidades, determina-se que as fundações públicas sejam instituídas para desempenhar funções que não demandam realização por órgãos ou entidades de natureza pública, possuindo independência administrativa e patrimônio exclusivo.

93. Acerca dos atos administrativos, julgue o item a seguir.

O atributo da presunção de legitimidade e veracidade confere ao ato a capacidade de gerar efeitos de forma imediata, permanecendo válido até que sua nulidade seja eventualmente declarada pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário.

94. A respeito dos poderes da Administração Pública, julgue o item a seguir.

No âmbito do direito administrativo, os conceitos de poder hierárquico e poder disciplinar não se distinguem, uma vez que ambos estão relacionados à atribuição da administração pública de organizar e fiscalizar a conduta de seus agentes, além de estabelecer a relação de subordinação entre eles.

95. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021 – julgue o item a seguir.

O Município X pretende obter, sem a necessidade de licitação, um total de 10 (dez) impressoras destinadas ao uso dos Secretários Municipais no exercício de suas atividades.

Conforme as normas estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, a realização de procedimento licitatório é dispensável para contratações cujo montante seja inferior a R\$65.300,00 (sessenta e cinco mil e trezentos reais).

96. Sobre o controle da Administração Pública, julgue o item a seguir.

O controle dos atos da Administração Pública pelo Poder Legislativo é realizado por meio de diversos mecanismos, que permitem ao Legislativo exercer sua função de fiscalização externa. Entre os recursos disponíveis para esse controle, destacam-se a comissão parlamentar de inquérito, a solicitação de informações e a convocação de autoridades.

97. Conforme os princípios da Administração Pública, julgue o item a seguir.

Uma lei estadual que proíba a realização de processos seletivos para a contratação de estagiários pelos órgãos e entidades do poder público estadual infringe o princípio da segurança jurídica.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

98. A revogação formal do crime de atentado violento ao pudor, anteriormente disposto no art. 214 do CP não configurou *abolitio criminis*, uma vez que o conteúdo material do delito foi mantido em razão da continuidade típico-normativa do fato criminoso.

99. No que se refere às normas e regras de aplicação da lei penal, no tempo e no espaço, julgue o item a seguir:

A regra da ultra-atividade decorre da característica da extra-atividade da lei penal e indica a possibilidade de a lei penal aplicar-se a determinado fato, ainda que já revogada.

100. Acerca do conflito de leis penas no tempo, é correto dizer que não se aplica a *lex gravior* ao crime permanente, se a sua vigência é anterior ao término da permanência.

101. Nos crimes tentados, o lugar do crime não abrange aquele em que se desenvolveram os atos executórios, mas tão somente o local em que deveria produzir-se o resultado.

102. A lei penal brasileira aplica-se ao crime cometido no território nacional, em vista da orientação emanada pelo princípio da territorialidade, admitindo-se também a sua incidência, em determinadas hipóteses em caso de crimes praticados no estrangeiro em face do princípio da extraterritorialidade. Em razão disso, não se admite a aplicação de lei penal estrangeira a um fato cometido dentro do território nacional.

103. Ao crime cometido dentro do Navio-Escola Almirante Tamandaré da marinha do Brasil, ancorado no porto de Xangai, na China, aplica-se a lei brasileira em face do princípio da extraterritorialidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

104. Em relação ao cumprimento do mandado de prisão, julgue o item a seguir.

Se o executor verificar, com segurança, que o agente entrou ou se encontra em alguma casa, o proprietário será intimado a entregá-lo, à vista da ordem de prisão. Se não for obedecido imediatamente, o executor convocará duas testemunhas e, sendo dia, entrará à força na casa, arrombando as portas, se preciso; sendo noite, o executor, depois da intimação ao morador, se não for atendido, fará guardar todas as saídas, tornando a casa incomunicável, e, logo que amanheça, arrombará as portas e efetuará a prisão.

105. No que diz respeito à ação penal, avalie os itens a seguir.

No caso de ação penal privada, quando houver mais de um agente, a vítima não poderá processar apenas um dos autores do crime.

106. Julgue os itens de acordo com o tema provas.

O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 10 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.

107. De acordo com o que dispõe o código de processo penal, com relação à prova, julgue os itens que segue abaixo.

Os documentos em língua estrangeira serão sempre traduzidos por tradutor público, ou, na falta, por pessoa idônea nomeada pela autoridade, e somente após tradução serão juntados ao processo.

108. Julgue o item a seguir.

Em uma situação hipotética, caso um indivíduo seja preso logo depois de cometer a infração, com instrumentos que façam presumir ser ele o autor da infração, estar-se-á diante de uma hipótese de flagrante assimilado.

109. Julgue o item a seguir.

Em se tratando de prisão em flagrante, o juiz, na audiência de custódia, poderá ser convertido em prisão preventiva o flagrante ilegal.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Antônio Pequeno

110. Ricardo, servidor público, foi condenado mais uma vez pelo crime de abuso de autoridade, de acordo com a Lei Nº 13869/2019, por isso foi gerada a sua reincidência específica em crimes dessa natureza. Para que este indivíduo venha perder o cargo é necessário não é necessário que o juiz de forma motivada venha a declarar na sentença a perda do cargo, porque o efeito é automático.

111. Carlos foi condenado pelo crime de tráfico de drogas, com esteio no art. 33, “caput”, da Lei Nº 11343/2006, e pelo crime de associação para o tráfico (Art. 35 da Lei Nº 11343/2006). Com base nessa situação hipotética, ele não poderá obter o tráfico privilegiado, porque de acordo com o STJ é sinônimo que ele se dedica as atividades criminosas.

112. O crime de organização criminosa, previsto no art.2º, da Lei Nº 12850/2013, é um crime de concurso necessário.

113. O crime de maus-tratos de animais, previsto no art.32 da Lei Nº 9605/1998, quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no **caput** deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda.

114. De acordo com a Lei Nº 13675/2018 (Lei do Sistema único de Segurança Pública) a Polícia Rodoviária Federal é um dos órgãos integrantes operacionais do SUSP.

115. O único crime culposo, previsto no Estatuto do Desarmamento, é o de omissão de cautela, com esteio no art.13, “caput”, da Lei Nº 10826/2003.

DIREITOS HUMANOS

Lilian Novakoski

Sobre Direitos Humanos, julgue

116. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, foi internalizada pelo Brasil com status de emenda constitucional, tem hierarquia equivalente às demais normas constitucionais.

117. Todos os tratados internacionais sobre direitos humanos incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro possuem status de norma constitucional.

118. O Brasil pode denunciar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, mas deverá seguir o procedimento previsto no próprio tratado para isso.

119. A Declaração Universal de Direitos Humanos trata exclusivamente de direitos civis e políticos, não abordando direitos econômicos, sociais e culturais.

120. A DUDH prevê que todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica, em locais abertos ao público, devendo avisar previamente autoridade competente.

Discursiva

A Polícia Rodoviária Federal desenvolve iniciativas de educação para o trânsito com o objetivo de formar uma cultura de responsabilidade entre os usuários das rodovias federais. A atuação educativa da instituição insere-se em um contexto mais amplo de políticas públicas voltadas à redução da acidentalidade, integrando-se às ações de fiscalização e prevenção da violência no trânsito.

Considerando que o fragmento de texto precedente tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema:

A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES EDUCATIVAS DA PRF NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA VIÁRIA

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- A relevância da educação para o trânsito como estratégia preventiva adotada pela PRF.
- Os desafios enfrentados na implementação de ações educativas voltadas à segurança viária.
- A participação da sociedade civil como agente complementar às ações educativas promovidas pela PRF.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
